

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO — <i>Marcelo Freire Gonçalves</i>	13
PREFÁCIO — <i>Pedro Paulo Teixeira Manus</i>	15
INTRODUÇÃO	19
1. NOÇÕES GERAIS.....	23
1.1. A história do trabalho das pessoas com deficiência	23
1.2. As terminologias utilizadas para tratar das pessoas com deficiência	28
1.3. O conceito da pessoa com deficiência	32
1.4. Do rol taxativo das deficiências	38
1.5. Das espécies de deficiências	40
1.6. Conceito legal de habilitação e reabilitação profissional	45
2. DO DIREITO ESTRANGEIRO RELATIVO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS.....	49
2.1. Convenções e recomendações da OIT	49
2.1.1. Recomendação n. 22	51
2.1.2. Recomendação n. 71	51
2.1.3. Recomendação n. 99	53
2.1.4. Convenção e Recomendação n. 111.....	54
2.1.5. Convenção n. 142 e Recomendação n. 150	56
2.1.6. Convenção n. 159 e Recomendação n. 168	57
2.1.7. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência ..	59
2.2. Direito na Alemanha.....	62
2.3. Direito na Argentina	64
2.4. Direito na Espanha	65
2.5. Direito nos Estados Unidos da América	68
2.6. Direito na França	69

2.7. Direito na Holanda	72
2.8. Direito na Itália	74
2.9. Direito em Portugal	76
2.10. Direito no Reino Unido	82
2.11. Outros países	84
3. OS DIREITOS CONSTITUCIONAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL	99
3.1. Ação afirmativa	99
3.2. Garantias fundamentais e direito à igualdade	102
3.3. A discriminação e a luta antidiscriminatória	105
4. FORMAS DE PROTEÇÕES NO BRASIL	107
4.1. Proteção legislativa	107
4.1.1. A Lei n. 7.853, de 24.10.1989	109
4.1.2. A Lei n. 8.112, de 11.12.1990	112
4.1.3. A Lei n. 8.213, de 24.7.1991 e o sistema de cotas	112
4.1.4. A dispensa protegida	113
4.1.5. O Decreto n. 3.298, de 20.12.1999	119
4.1.6. Portaria n. 1.199, de 28.10.2003	123
4.2. A atuação do Ministério Público do Trabalho	125
4.3. CONADE	136
4.4. Fiscalização e autos de infração	138
4.5. O aprendiz com deficiência	141
5. DAS CRÍTICAS AO SISTEMA DE COTAS	145
5.1. Do ônus excessivo imposto ao setor empresarial	145
5.2. Da validade da norma — sob o ponto de vista lógico-jurídico	148
5.2.1. “Obrigação de contratar” versus “bilateralidade do contrato de trabalho”	151
5.2.2. A inconstitucionalidade material	155
5.3. Interpretação finalística da norma — Reserva legal	161
5.4. Reserva do “possível” — Limite de exigência da lei	165
5.5. Da força maior	168
5.6. Dos deficientes discriminados pela própria lei	169
5.7. Dos empregadores discriminados pela própria lei	171
6. DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELAS EMPRESAS NO CUMPRIMENTO DA COTA	173
6.1. Da falta de estímulo governamental	174

6.2.	Do benefício previdenciário já recebido pela pessoa com deficiência	176
6.3.	Da falta de mão de obra.....	179
6.4.	Dos <i>Head hunters</i> de deficientes — Uma triste realidade	181
6.5.	Das autuações administrativas exageradas — Ofensa ao princípio da razoabilidade e da igualdade	182
6.6.	Da impossibilidade de terceirização	185
6.7.	Da falta de qualificação profissional — Empresas com atividade diferenciada/especializada	189
6.8.	Descumprir a norma, cumprindo-a.....	193
6.9.	Baixo grau de escolaridade = desemprego formal	195
6.10.	Dificuldade de acessibilidade	196
7.	SUGESTÕES E PERSPECTIVAS ELOGIÁVEIS SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL.....	201
7.1.	Teletrabalho	201
7.2.	Estatística de inclusão pela lei de cotas	203
7.3.	Negociação coletiva voltada para inclusão social	205
7.4.	Quanto ao terceiro setor	208
7.5.	Quanto à participação do setor público.....	210
7.6.	Projetos de Lei	212
7.7.	O papel da educação.....	217
7.8.	Certificação SA8000 — Responsabilidade social.....	221
	CONCLUSÕES.....	223
	BIBLIOGRAFIA	235